ATA Nº 2/2021

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

------ Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e um, no Auditório da Casa da Cultura/Cineteatro de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto e Maria Eugénia de Jesus Reis, respetivamente Primeiro e Segunda Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pelo Presidente, Luís Filipe Santana Dias. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da mesma Câmara Municipal, João António Lopes Candoso, Miguel Filipe da Silva Santos, Maria Leonor Magalhães Fragoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Vera Alexandra da Costa Simões. -------

------ JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS ----------

------ Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foi justificada a falta dos deputados Filipe Montez Coelho Madeira, Celso Cláudio Ferreira Martins, António Manuel da Silva Moreira, Mário João das Neves Flores, do Presidente da Junta da União de Freguesias de Fráguas e do Presidente de Junta de Freguesia de Rio Maior, procedendo-se às respetivas substituições. ----------

------ Pelas catorze horas e trinta minutos, verificando-se a existência de quórum (29 presenças), o Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). ----------

---------- PONTO PRÉVIO ----------

---------- APROVAÇÃO DE ATAS ----------

------ Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 1/2021 referente à sessão ordinária de 27 de fevereiro. ----------

---------- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS ----------

------ Não foram efetuadas inscrições para intervenção. ----------

----- Aprovada a ata n.º 1/2021 por unanimidade dos presentes com direito de voto, com 24 votos a favor, não participando na votação por não terem estado presentes na sessão o Presidente da Mesa, António Manuel Silva Arribança, e os Deputados Municipais Diana Cristina Frazão Nogueira, Filipa Isabel Santos Ramos Campos, a Secretária da Junta de Freguesia de Fráguas e o Secretário da Junta de Freguesia de Rio Maior (29 presenças). ----------

---------- **CORRESPONDÊNCIA** ----------

------ Pelo Primeiro Secretário foi feita a leitura da correspondência recebida e expedida pelos serviços desta Assembleia Municipal, conforme anexo 2. ----------

------ Presidente da Assembleia Municipal ----------

------ Relativamente à carta que foi remetida pelo José Ricardo Lopes, informou que a mesma foi recebida nos serviços no dia 25 de setembro de 2020 e que tomou conhecimento dela a 26 de setembro, dia em que foi realizada a sessão da Assembleia Municipal de setembro, estando já, nessa data, toda a documentação preparada dando, por isso, indicação de que a mesma deveria figurar na listagem de correspondência da sessão seguinte. Reconheceu que tal não aconteceu, por puro esquecimento, e daí que até hoje não fizesse parte das listagens de correspondência recebida que vão a conhecimento em cada sessão. Penitenciou-se por isso e desde logo pediu desculpa a todos e, especialmente, ao cidadão José Ricardo Lopes. ----------

------ Deu conhecimento que o pedido de diligência do José Ricardo Lopes, era no sentido, e citou, “solicitar a V. Exa. que promova as diligências necessárias para alteração do regimento da Assembleia Municipal de Rio Maior, a fim da introdução da transmissão online das sessões da assembleia municipal no sitio da Internet/facebook do Município”. Informou que não diligenciou nesse sentido, por não se sentir obrigado a fazê-lo, podendo os grupos municipais, se o entenderem, fazê-lo. Afirmou ser contra esta iniciativa e explicou essa posição com o facto de, embora aparentemente e no âmbito do contexto da Covid-19 possa ser uma opção interessante, levar ao afastamento progressivo das pessoas de forma presencial e assim diminuir a já pouca participação nestas sessões, acrescentando que, na sua perspetiva, esta medida vai levar à desertificação das sessões da Assembleia Municipal em termos de público. Reiterou que, no entanto, esta é uma iniciativa que caberá aos grupos municipais, a todo o momento, caso não sejam da mesma opinião, embora o momento de fim de mandato possa não ser o ideal justificando-se, se for esse o entendimento, no próximo mandato. ----------

------ Terminou dizendo que não queria deixar de apresentar esta justificação e o devido pedido de desculpas pela situação. ----------

---------- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** ----------

------ Presidente da Assembleia Municipal ----------

------ Abriu as inscrições para intervenção dos membros da Assembleia Municipal no período antes da ordem do dia. ----------

------ Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: ----------
------ Presidente da Junta da União de Freguesias de Azambujeira e Malaqueijo ---------
------ Presidente da Junta de Freguesia de Arrouquelas ----------
------ Deputado Tiago Filipe Francisco Santos ----------
------ Deputada Anabela da Costa Azenha ----------
------ Deputada Inês Guerra Vargas ----------
------ Deputada Maria Eugénia de Jesus Reis ----------
------ Deputada Liliana Marques Alonso ----------
------ Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo ----------
------ Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa ----------
------ Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro ----------
------ Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias ----------
---------- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS ----------
------ Presidente da Junta da União de Freguesias de Azambujeira e Malaqueijo ---
------ Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. ----------
------ Interveio apenas para agradecer ao executivo municipal, na pessoa do Presidente da Câmara, os arranjos que têm sido efetuados na união de freguesias que preside, que eram necessários há muito. ----------
------ Presidente da Junta de Freguesia de Arrouquelas ----------
------ Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. ----------
------ Iniciou por agradecer o tempo que lhe é disponibilizado para fazer um balanço continuado do mandato que vai finalizar, em especial no que respeita à Freguesia de Arrouquelas, e deixar para memória futura o que foi feito, o que não foi feito e aquilo que gostariam de ter feito no exercício do cargo público que exercem, ao qual atribui um valor acrescido porque vai muito além da questão politica, como empreendedores sociais e com um papel relevante no modo como as dinâmicas, nos pequenos locais, são criadas. ----------
------ De seguida, deu então conta que no mandato em curso se debateram, sobretudo, com três questões, como sejam, a organização e gestão administrativa que representou um grande desafio com a transição para o digital, nomeadamente da faturação eletrónica, onde se operou uma reconstrução total do modelo existente, com as

resistências normais quando faz uma mudança desta natureza; a valorização do meio rural, presente desde 2005 com o Plano Mateus, elaborado pela equipa do próprio, que trouxe essa componente estratégica ao meio rural e não apenas ao meio urbano, tornando possível esse caminho e financiamento, validando algumas intervenções desenvolvidas; e, por fim, as condições das acessibilidades, de higiene e segurança, através de um trabalho contínuo para manter estradas, caminhos, serventias, valetas, associado às questões de saneamento, águas e ambiente, nomeadamente privilegiando a limpeza mecânica ao invés da limpeza química e incentivando à colaboração da população na gestão da diversidade e do próprio ambiente, dinamizando, inclusive, várias atividades para capacitar os cidadãos, até a pandemia o vir impedir. ----------

------ De seguida, quis elencar duas realizações muito interessantes, para a dimensão da Freguesia de Arrouquelas, a dignificação do cemitério e também dos espaços públicos, destacando o parque de merendas e de alguns jardins, de forma a que as pessoas se sintam bem e confortáveis no local onde vivem e tenham lugares de lazer onde possam passar o seu tempo, seja os que de lá são naturais seja os imigrantes que vão optando por se estabelecer e inserir nestes locais. ----------

------ Concluiu dizendo que estes foram os objetivos atingidos e que na próxima sessão irá falar daqueles que, lamentavelmente, não o foram. ----------

------ Deputado Tiago Filipe Francisco Santos ----------

------ Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. ----------

------ Interveio para salientar a capacidade que o Município de Rio Maior tem tido de conseguir continuar a fazer melhorias em todas as freguesias, mesmo naquele que se pode já considerar um dos piores mandatos que algum gestor de cargo público poderia enfrentar. Continuou dizendo que, mesmo nestes tempos difíceis, foram realizadas obras de requalificação em toda a rede viária do concelho, restaurar a Fonte 1931, facto que agradeceu ao Arqueólogo Carlos Pereira, pelo seu empenho, e ainda as obras realizadas no mercado diário que tanta importância ganham no contexto da dinamização do centro antigo da cidade e permite qua as pessoas voltem a usufruir daquele espaço central. Referindo- se às intervenções nos locais que ficam no extremo oeste do concelho, disse que embora se desejasse mais, houve também algumas obras de melhoria e questionou se essas melhorias se vão estender até ao Mercado de Santana, considerando a dificuldade óbvia que é a articulação conjunta entre duas autarquias, Rio Maior e Caldas da Rainha. Questionou também para quando está previsto o início

das obras para execução da rotunda na Avenida Paulo VI, já anunciada pelo executivo municipal. ----------

------ Para finalizar afirmou que estes quase dois anos de pandemia não têm sido fáceis e enalteceu o nível de atividade que o Município de Rio Maior conseguiu ter a todos os níveis e ainda com a preocupação da assistência à comunidade, quando, em seu entender, se assiste a um quase desligar da espinha dorsal do assistencialismo do Governo, que bombardeia todos os dias com medidas de apoio, mas que na prática não se concretizam, como aconteceu com os oitocentos milhões anunciados para os lares. Lembrou ainda, a título de exemplo desse desligar, quando no pico da pandemia todos culpabilizavam as pessoas que passaram o Natal em família e Portugal tinha já o investimento mais baixo dos 27 nos apoios sociais e as cativações nos níveis mais altos da história da governação socialista. Concluiu dizendo que muitas culpas se têm atribuído às gestões camarárias e à gestão municipal, mas, a seu ver, é exatamente essa que tem feito todos os esforços para que a atividade não pare e os apoios não faltem. ----------

------ Deputada Anabela da Costa Azenha ----------

------ Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. ---------

------ Iniciou por afirmar que a Câmara Municipal de Rio Maior pagou 16 308,00 euros, mais IVA, à empresa Pitagórica, para fazer um estudo económico e social. Questionou, em primeiro lugar, se o estudo económico e social está a correr bem e em segundo deu conta que lhe têm chegado relatos que esta empresa, para além de outras perguntas, questionam às pessoas se conhecem uma dúzia de pessoas que constam em fotografias, que lhes mostram, e que representam partidos políticos, perguntando se sabem o nome delas, mostrando-lhes de seguida o símbolo de diversos partidos, pedindo-lhes que indiquem o partido no qual votariam para a Câmara Municipal, ou seja, para além das perguntas de carácter económico e social, acontece em simultâneo uma sondagem política. Disse que era um facto, assim como também é facto que no mesmo período de 4 de março a 4 de maio, em que a Câmara encomenda um estudo económico e social, essa mesma empresa está a fazer uma sondagem e, mesmo que se alguém tivesse encomendado uma sondagem à empresa, esta teria que guardar um período de defeso. Questiono, por isso, se a Câmara Municipal tem conhecimento da situação, se acha ético o que está a acontecer e, se não conhece e não acha ético, como é que vai agir, já que tem um contrato com uma empresa a quem encomendou um estudo económico e social tão só. ----------

------ Deputada Inês Guerra Vargas ----------

------ Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. ----------

------ Interveio para se referir aos atos de vandalismo que têm acontecido pontualmente pela cidade de Rio Maior e disse que é sabido que a Câmara Municipal pouco pode fazer no âmbito das suas competências para evitar este tipo de situações, mas a verdade é que estes acontecimentos, não só comprometem a segurança, como também comprometem alguns investimentos que a Câmara tem feito no sentido de providenciar espaços para utilização pública dos munícipes e de quem visita Rio Maior, danificando equipamentos e o património que é de todos. Nesse sentido, solicitou à Câmara Municipal alguns esclarecimentos sobre o assunto e questionou qual o ponto de situação, se foi feita alguma participação às autoridades competentes e se já foram, de alguma forma, tomadas algumas medidas. ----------

------ Deputada Maria Eugénia de Jesus Reis ----------

------ Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. ----------

------ Iniciou por dar os parabéns à vencedora do Orçamento Participativo Jovem 2020, com o projeto "ateliê ao ar livre", dizendo que Jéssica Santos propôs um projeto que consiste num atelier para crianças e jovens, que vai decorrer em todas as freguesias do concelho com datas definidas entre maio e novembro de 2021, com inscrições gratuitas, que tem como objetivo redescobrir e valorizar o espaço e os materiais do concelho, experimentando materiais e técnicas de expressão plástica a partir da utilização de recursos naturais privilegiados em cada contexto, estimular a expressão musical numa relação privilegiada com os sons escutados em ambiente natural e fazendo também, as práticas de movimentação física sempre num ambiente natural num espaço exterior. Salientou que apesar de ser uma atividade para crianças dos 0 aos 12 anos, esta atividade também pode ser uma atividade em que as famílias se podem envolver. ------

------ De seguida disse que no Dia Internacional de Teatro, 27 de março, foi apresentado um projeto muito interessante designado como "Somos todos um Rio: 1 Município, 10 Freguesias, 100 Espetáculos", acrescentando que se trata de projeto desenvolvido pela Câmara Municipal de Rio Maior com a Associação "Beleza Teatro", que conta também com a participação coletiva da RG- Projeto de Teatro Comunitário e todas as freguesias do concelho de Rio Maior. Disse que é um projeto de teatro comunitário para todo o concelho e que tem como objetivo colaborar na programação formação e criação

artística, dando enfoque ao envolvimento de toda a população e que visa não só o envolvimento saudável das pessoas na comunidade, mas também consolidar a rede cultural do concelho, no sentido de colmatar algumas lacunas culturais sentidas fora da cidade. ----------

------ Referiu-se, depois, à boa noticia que foi a aquisição de uma carrinha para o canil municipal, que permite a recolha e o transporte dos animais com dignidade e dentro do quadro legal vigente. Realçou os enormes melhoramentos que têm sido feitos no canil municipal nos últimos tempos e o cuidado com que os animais têm sido tratados, reconhecendo o notável trabalho que os funcionários daquele espaço têm desenvolvido, muito para além do horário laboral. Disse, ainda, que em breve voltarão a ser agendadas as visitas pedagógicas, que são muito importantes para as crianças e jovens frequentarem aquele espaço, permitindo a interação com os animais e contribuindo para a sua educação e formação, podendo, inclusive, os alunos mais velhos participar no programa de voluntariado. Neste contexto de investimento e melhoria do canil municipal deixou duas sugestões: a construção de mais boxes para uma melhor separação dos animais e a construção de um gatil municipal, para que possa diminuir o número de gatos abandonados. ----------

------ Deputada Liliana Marques Alonso ----------

------ Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. ----------

------ Iniciou por se referir ao grave acidente que ocorreu na Estrada 114, provocado pelos lençóis de água causados pela inexistência de sumidouros e passeios naquela zona. Afirmou que se sabe que o projeto passou agora para plano de resiliência do Governo e quer acreditar que a União Europeia vai aceitar ceder dinheiro para as rodovias. No entanto disse saber também que para a execução da obra cabe ao executivo camarário assegurar a expropriação dos terrenos para o alargamento da via de circulação, solicitando informação sobre o ponto de situação das expropriações, prazos e conclusão, para que se possa abrir o concurso público. ----------

------ De seguida chamou à atenção que não se admite que em plena luta pelo ambiente e em pleno Século XXI, quando se sabe que um litro de óleo caseiro pode estragar um milhão de litros de água, os oleões, quer sejam de gestão pública ou privada, fiquem internamente à espera de ser recolhidos e a poluir o espaço envolvente aos ecopontos, solicitando esclarecimento sobre o que é que se passa com os oleões em Rio Maior e existem ações previstas para alterar esta situação. ----------

------ Por fim, solicitou que fosse explicada a situação que envolveu uma criança de três anos esquecida no autocarro de transporte para o Centro Escolar Poeta Ruy Belo, se é conhecida a causa, de quem é a responsabilidade e quais as ações que serão tomadas para que não volte a acontecer. Disse que tem já uma resposta da escola relativamente à sua parte, mas que gostaria de saber da parte da responsabilidade da câmara municipal, como mãe e dirigente associativa, e de como se irá garantir que não volta a acontecer. ----------

------ Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo ----------

------ Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. ----------

------ Iniciou por se referir à correspondência lida, em particular no que respeita à proposta apresentada para que as assembleias possam ser transmitidas online, dizendo que, não obstante respeite a opinião do Presidente da Mesa, considera que é um assunto que merece ser discutido em Comissão Permanente, já que é esta, em seu entender, que deve zelar pelo bom funcionamento do regimento e da assembleia e ser o primeiro órgão a pronunciar-se no sentido de promover a participação dos cidadãos. Continuou dizendo que se assiste efetivamente a um certo deserto de presença de público e de participação cívica a todos os níveis e em todos os órgãos políticos, em que o mesmo pode participar e estar presente, mas que pode a comissão permanente interrogar-se e explorar todos os campos, no sentido de garantir que o órgão máximo promova o seu interesse e a sua disponibilidade aos cidadãos. Afirmou ainda que em democracia o voto é a liberdade máxima que existe, mas que o ordenamento jurídico prevê outras formas de participação, nomeadamente nas assembleias municipais. Disse ainda que, na sua opinião pessoal, a participação ativa de um munícipe deve ser nas assembleias, presencialmente, fazendo-se representar pelo próprio naquele fórum, mas que, no entanto, poder-se visionar à distância, nada mais é do que dar a possibilidade de que todos os munícipes possam tomar conhecimento que existe, dando como exemplo o caso da ARTV em Portugal, que permite que se possa assistir quando algum assunto suscita interesse. Ainda neste contexto, disse que seria de todo o interesse que as sessões das assembleias municipais fossem publicitadas previamente, solicitando que a câmara municipal use a sua página de facebook para a divulgação da sua realização, assim como a respetiva ordem de trabalhos, indo para além dos locais habituais e acompanhando a evolução dos tempos. ----------

------ Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa ----------

------ Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. ---------- Iniciou por falar do 25 de Abril de 1974, saudando, desde logo, os militares de abril porque foram eles que permitiram o fim da guerra, que construíram a paz, deram novos países ao mundo, foram eles que permitiram a construção de uma democracia constitucional, que transformou um levantamento militar numa revolução popular. Afirmou que o 25 de Abril continua, e será sempre, um dos momentos históricos e consequentes da história de Portugal e se hoje estão aqui, exercendo o dever em nome do povo, porque foram democraticamente eleitos, foi por essa maravilhosa porta que Abril abriu, o Poder Local. Continuou dizendo que ao Poder Local Democrático compete, constitucionalmente, garantir um desenvolvimento sustentado de todo o território do concelho, prestando contas, valorizando a proximidade ao cidadão e fazer tudo para acabar com o compadrio e a corrupção que são o chão propício para os populismos. Afirmou que a Coligação Democrática Unitária (CDU) em Rio Maior, como em todo o território nacional, lutou, luta e lutará pela consolidação do regime democrático, direitos, liberdades e garantias, usufruindo o cumprimento da constituição para garantir o nosso futuro de todos. Terminada esta introdução, questionou qual o calendário, eventos e formas que o Município encontrou para celebrar Abril, lamentando e manifestando, desde logo, o desagrado pelo facto de todas as coisas que se fazem com algum significado e sentido serem sempre e só na cidade, como se as freguesias não fizessem parte de um todo, que é o concelho de Rio Maior. Manifestou por isso o seu agrado pelo projeto de teatro referido em intervenção anterior, que vai ser seguramente uma atividade que vai ser uma enorme mais valia para todas a freguesia. ----------

------ De seguida referiu-se ao tema da reposição das freguesias, dando conta que no passado mês o Partido Comunista Português (PCP), levou há Assembleia da República uma proposta de Lei que assegurava a reposição das Freguesias extintas em 2013, com o qual, havendo acordo dos órgãos democraticamente eleitos, estas pudessem ser repostas para as eleições autárquicas de outubro, repondo a injustiça para mil e duzentas freguesias ao nível nacional e oito ao nível do concelho de Rio Maior, o que não aconteceu porque o Partido Socialista (PS), Partido Social Democrata (PSD) e CDS-PP e os partidos sucedâneos, votaram contra a proposta apresentada. Acrescentou ainda que, na campanha eleitoral que se aproxima, o PCP não deixará de denunciar o comportamento ambivalente que os ditos partidos têm, dizendo, por um lado, às populações que estão de acordo com a reposição das freguesias e depois comportam-se de maneira contrária com a desculpa de que o partido em Lisboa é que

é culpado. Considerou lamentável que esta injustiça democrática não seja reposta já e que, em consequência disso, se vai assistindo ao definhamento das freguesias mais pequenas. Concluiu dizendo que é para si gratificante ver que, não obstante esta situação, a Vila da Marmeleira tem mais crianças, mais famílias que se estão lá a fixar, afirmando que é preciso dar continuidade a isso, sendo que a reposição das freguesias seria um fator favorável. ----------

------ Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro ----------

------ Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. ----------

------ Iniciou por dizer que esta intervenção será meramente politica e que para a fazer pediu alguns dados ao Ministério da Saúde e outros. Relativamente ao Serviço Nacional de Saúde (SNS), para aqueles que tanto mal falam deste Governo, disse que em 2015, quando o PS tomou posse, haviam 119 998 trabalhadores no SNS (25 308 médicos, 38 678 enfermeiros, 7 580 técnicos superiores de diagnóstico, 15 870 assistentes técnicos e 24 520 assistentes operacionais) e que em março de 2021 existem mais 28 238 novos trabalhadores na área da saúde e no SNS (6 045 médicos, 10 390 enfermeiros e 1 819 técnicos superiores nas áreas de diagnóstico e terapêutica). Acrescentou ainda que, para este ano, já estão contratualizados mais 818 médicos especialistas e mais 3 200 enfermeiros. Disse ser óbvio que todos gostariam de mais, mas em termos de orçamento não se torna exequível e que, para quem diz que não há apoios e depois diz que o PS é despesista e de seguida se queixa das cativações, respondeu que esta é uma posição um bocado ambígua porque ou se é despesista ou se faz cativações. Mais disse que nunca o Poder Local teve tantas transferências do Poder Central como agora, assim como apoios, e deixou a pergunta ao PSD, que tanto idolatrou Passos Coelho, com os cortes das pensões que iam passar a ser definitivos, os cortes dos ordenados, os despedimentos do pessoal do SNS, como é que se estaria se o PSD estivesse no Governo nesta pandemia? Lembrou ainda que o PS, se calhar obrigado pelos parceiros à esquerda ou não, conseguiu, em cinco anos, meter mais 28 000 pessoas SNS, enquanto que a proposta do PSD seria “estão mal, emigrem”. -------

------ **Presidente da Assembleia Municipal ----------**

------ Tomou a palavra para em resposta à intervenção anterior dizer que os números transmitidos não são exatamente confirmados por outra fonte que não governamental e afirmou que não foi só no SNS que o PS encheu a função pública de pessoas. ----------

------ Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias ----------

------ Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. ----------

------ Começou por se referir à intervenção do Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, dizendo que mal seria se com esta pandemia não tivesse havido um incremento de profissionais na saúde, embora muitos dos contratos, findo este mau período, terminem, porque mesmo com este aumento de pessoal se chegou ao estado critico de as ambulâncias fazerem filas indeterminaveis e à ausência de resposta a muitos dos pacientes. Quanto aos tempos de crise passados, afirmou que também esses se deveram a um acordo estabelecido e assinado pelo PS que, depois, teve que ver a ser cumprido pelo Governo PSD. ----------

------ No que respeita ao 25 de Abril, disse ser o símbolo da democracia e da criação dos Partidos Políticos e bem assim do Poder Local Democrático, tal como hoje se conhece, não podendo nunca ser esquecido. Infelizmente, disse, à semelhança do ano de 2020, pelas contingências a que os tempos atuais obrigam, as comemorações do 25 de Abril não se poderão realizar com a habitual sessão solene, mas, ainda assim, e conforme programa já divulgado, as comemorações no Concelho não serão esquecidas e várias iniciativas irão ser realizadas, nomeadamente a exposição de rua de fotografias de pessoas e de acontecimentos que reportam aos tempos de 1974 e à revolução dos cravos que envolvam Rio Maior ou os riomaiorenses e também pela divulgação de conversas entre pais e filhos e avós e netos com histórias de Abril na página do facebook do Município, sendo esta a forma encontrada, não só de relembrar este período histórico e o comemorar, mas também de chegar à população do Concelho e não só. ----------

------ De seguida deu os parabéns ao Presidente da Câmara e ao executivo camarário pelo apoio e colaboração prestada à Cruz Vermelha Portuguesa, em particular à delegação de Rio Maior, que mereceu que aquela instituição distinguisse a Câmara Municipal com a Cruz Vermelha de Benemerência, em reconhecimento desse apoio e colaboração, afirmando que tudo o que possa ser feito para contribuir para estas instituições é pouco, pelo trabalho que desenvolvem em prol das comunidades. --------

------ Relembrou também o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, que foi assinalado pelo Município com várias iniciativas, nomeadamente a divulgação do projeto museológico e o vídeo 3D da reconstituição da Villa Romana, dizendo que se trata de um projeto museológico não só importante para a preservação do património, mas também para o desenvolvimento turístico e económico do concelho. Agradeceu a todos os que tornaram possível a concretização deste projeto e, em particular, ao

Arqueólogo Carlos Pereira por nunca ter desistido e ao longo de muitos anos se ter debatido, insistido e trabalhado por ele. Agradeceu também ao executivo por finalmente dar luz àquele espaço que, acredita, será muito importante para Rio Maior e para o concelho, do ponto de vista turístico e, consequentemente, económico. ----------

------ Deputada Anabela da Costa Azenha ----------

----- Pediu a palavra para, assinalando o 25 de Abril, ler o poema "Revolução e mulheres", de Maria Velho da Costa, não só para comemora a data, mas também para o dedicar a todas as mulheres do concelho e às mulheres presentes na assembleia municipal. ----------

------ **Presidente da Assembleia Municipal ----------**

------ Considerando as razões invocadas e a título excecional, autorizou a leitura do poema. ----------

------ Deputada Anabela da Costa Azenha ----------

------ Procedeu à declamação do poema "Revolução e mulheres", de Maria Velho da Costa. ----------

------ Presidente da Assembleia Municipal ----------

------ Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos das questões colocadas, autorizando, desse logo, que a mesma possa ser dada aos vereadores para os esclarecimentos solicitados. ----------

------ Presidente da Câmara Municipal ----------

------ Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. ---------

------ Iniciou por dizer que no que respeita às melhorias que estão a ser feitas na rede viária do concelho esta foi uma conquista que o executivo teve ao longo dos últimos anos e agradeceu a todos aqueles que para ela contribuíram. ----------

------ Sobre a requalificação que se está a fazer na zona do Arco da Memória, explicou que o troço não se estenderá até ao Mercado de Santana, mas que já teve a oportunidade de falar com o Presidente da Câmara das Caldas da Rainha, no sentido de se articular a reparação desse troço, ou seja Venda da Natária e Venda da Costa. Disse que é uma obra que já orçamentada e definida, que é uma obra dispendiosa pela dimensão que tem, mas que está a ser equacionada por ambos os municípios, embora sem data previsível para a sua realização. ----------

------ Sobre a construção da rotunda na Avenida Paulo VI, afirmou que se trata de uma obra que pretende a resolução fundamental de um ponto negro no trânsito da cidade, diagnosticado numa análise aos riscos e aos problemas de trânsito em Rio Maior, e foi

com agrado que disse que esta se iniciará durante a próxima semana e que tem um prazo expectável de sessenta dias, explicando ainda que a obra, para além da construção da rotunda, contempla também a iluminação e a inclusão de uma ilha ecológica à semelhança do que temos em outros pontos da cidade. ----------

------ Quanto à restauração da Fonte de 1931, disse que foi uma honra, enquanto riomaiorense, encabeçar esta luta de há muito tempo, não só pela peça de arte que é, mas por tudo aquilo que ela representa, nomeadamente a chegada de água potável canalizada à cidade. Agradeceu à equipa da câmara municipal e à técnica especialista em azulejaria contratada para reparação aquela azulejaria. ----------

------ Acerca da situação relatada pela Deputada Anabela da Costa Azenha disse que não tem qualquer tipo de conhecimento de alguma sondagem que esteja a decorrer e que, seguramente, realizada pela Câmara Municipal não estará mesmo. Confirmou que a Câmara Municipal adjudicou, efetivamente, um procedimento no valor dito, um estudo económico e social à Empresa Pitagórica –Investigação e Estudos de Mercado e que a recolha de dados e inquéritos decorreram de 2 a 20 de março. Acrescentou que recebeu o relatório do tratamento estatístico da recolha efetuada no dia 31 e aguarda o relatório final. Reafirmou que esta é a única relação comercial desenvolvida entre a câmara municipal e a Empresa Pitagórica-Investigação e Estudos de Mercado e se, porventura, está a decorrer alguma outra coisa, é completamente alheio à câmara. ----------

------ Referindo-se depois à questão do vandalismo afirmou que é uma situação preocupante, para a qual se deve adotar medidas preventivas no sentido de não deixar a situação avançar. Avançou que se têm avaliado algumas formas de vigilância e videovigilância na cidade, mas com algumas reservas porque, em seu entender, se revela como uma forma de controlo da sociedade, e dos atos de vandalismo que têm acontecido, tem sido feita queixa formal à Guarda Nacional Republicana, que têm encaminhado o processo para as entidades competentes, sabendo que, à partida, é muito difícil que estas avancem por serem queixas contra desconhecidos. ----------

------ Acerca dos projetos “Atelier ao ar livre” e “Somos todos um Rio” reconheceu a sua importância, demonstradores da participação civil, e que muito envaidecem o Município, sendo demonstrativos do sucesso de parcerias que a Câmara Municipal quer incrementar e continuar a trabalhar. ----------

------ Sobre o canil municipal disse que o trabalho feito tem sido em contínuo e reconheceu que a construção de boxes é realmente necessária, que já se encontra a ser planificada, assim como a construção do gatil, admitindo que este último envolve

menos esforço de instalação do que o canil, assim como a politica de controlo de colónias que está a ser seguida a nível nacional, com bons resultados. ----------

------ No que respeita à situação da EN 114, disse que é uma situação que a câmara municipal vem apregoando e fazendo chegar à entidade gestora da via, a Infraestruturas de Portugal, com grande preocupação, tendo a entidade em causa pedido, inclusive, ajuda no sentido de se poder minorar aquele problema, que só será efetivamente resolvido quando a estrada for arranjada, estando programada uma intervenção no local, para limpeza de valas e tentar aumentar o escoamento. ----------

------ Quanto aos oleões, disse que não estava em posse de informação rigorosa, mas que o município está a desenvolver um procedimento para aquisição de novos oleões e que iria solicitar informação que depois faria chegar à Assembleia Municipal com toda a informação. ----------

------ Relativamente à situação que ocorreu com a criança de três anos que ficou esquecida no autocarro, disse que o próprio e a vereadora da área da educação acompanharam a situação desde o primeiro momento, junto com a escola, a empresa responsável pelo transporte e os familiares da criança. Respondendo ao que está a ser feito e o que será feito para que não se volte a repetir, deu conhecimento que a Câmara Municipal fez de imediato uma reclamação à Rodoviária Tejo, entidade que tem a responsabilidade de garantir que as crianças são transportadas em segurança, que inclui o embarque e desembarque do autocarro e a entrega aos responsáveis, que, no momento, suspendeu preventivamente a atividade do motorista e da funcionária que acompanhava o transporte. Disse ainda que segundo os relatos feitos, se tratou de um dia de muita confusão e que a ronda que supostamente se deve fazer ao autocarro quando as crianças já saíram não foi efetuada e, infelizmente, a criança terá ficado num dos bancos, situação que só se viria a dar conta quando a avó do menino veio buscar no regresso da escola e ele não se encontrava no autocarro, nem se encontrava na escola, vindo a confirmar-se que teria ficado oito horas dentro do autocarro, aparentemente calma e bem de saúde. Afirmou que, obviamente, o facto de a situação se ter revelado não mais que um susto, não deve, de forma nenhuma, suavizar a ação da câmara municipal porque, se as condições fossem diversas, o final poderia ter sido grave, e, por isso, a câmara municipal está a exigir à Rodoviária que corrija a situação. Deu ainda conta que a Rodoviária está a agir disciplinarmente em relação aos seus colaboradores, mas que, até ao momento, não fez ainda chegar conclusões desse inquérito, das quais dará conhecimento logo que as tenha. ----------

------ Sobre a programação das comemorações do 25 de Abril, deu conhecimento que para além da exposição de fotos relacionadas com a data em Rio Maior, foi solicitado os líderes das bancadas dos grupos municipais que pudessem produzir um texto da sua visão política a atual sobre o tema que serão divulgados pelo município e foram realizados vários vídeos, designados como "Histórias de Abril", que consistem em conversas entre pais e filhos e avós e netos, em que os mais novos entrevistam os mais velhos sobre a data e sobre as suas vivências pessoas na época e depois. Acrescentou que esta abordagem visa incluir as novas gerações nestas comemorações e através delas fazê-los perceber e vivenciar o significado e a importância da data. ----------
------ Sobre as freguesias e a sua dinamização afirmou que este executivo encetou uma nova forma de trabalhar o concelho como um todo e isso inclui levar às freguesias grande parte das iniciativas que se fazem na cidade, tendo em conta a dimensão e características de cada uma, é certo, e disso foram exemplo várias atividades realizadas no verão passado, a iluminação de natal, o fogo de artificio de fim de ano e agora o teatro e mais um programa que se vem juntar. Admitiu, no entanto, que efetivamente no que respeita às comemorações do 25 de Abril, esta não se estende às freguesias. ------
------ De seguida fez um agradecimento especial à Cruz Vermelha Portuguesa por todo o trabalho que tem feito em Rio Maior, que tem vindo a crescer e é já indispensável. Disse ainda que hoje em dia já não se imagina, por exemplo, a Proteção Civil sem a intervenção da Cruz Vermelha e considerou que o Município ser agraciado com a Cruz Vermelha de Benemerência muito o enaltece e mais uma vez reafirmou o apoio que será sempre dado aquela instituição, por ser da mais elementar justiça e porque desenvolvem um trabalho em prol da população e do concelho impagável. Afirmou que por mais apoios que sejam dados nunca serão os justos e mais uma vez agradeceu a todos aqueles que a compõem. ----------
------ Quanto ao Dia Internacional de Monumentos e sítios e à Villa Romana, fez duas referências, uma relativamente ao projeto que se está a desenvolver, que acredita ser de grande riqueza técnica e turística e exemplo de como se pode transformar o património inigualável existente, de uma riqueza extraordinária, em algo visitável. Agradeceu, mais uma vez, ao Arqueólogo Carlos Pereira e à equipa da Câmara Municipal, lembrando que durante mais de vinte anos este património esteve cá e faltava o gatilho político para o desenvolver, porque o técnico sempre cá esteve defendendo este projeto ao longo dos anos. ----------

---------- PERIODO DA ORDEM DO DIA ----------

---------- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO ----------

------ Atribuição da Cruz Vermelha de Benemerência à Câmara Municipal de Rio Maior ----------

------ Deliberações de Isenção de Taxas relativas a ocupação de espaço público | Regime excecional no âmbito da pandemia ----------

------ Instrumentos de Prestação de Contas de 2020 | Escola Profissional de Rio Maior, Lda, EM (EPRM) ----------

------ Relatório e Contas 2020 | Desmor, EM, SA ----------

------ Atividade Municipal (anexo 3) ----------

------ Atas aprovadas das reuniões da Câmara Municipal ----------

------ Presidente da Câmara Municipal ----------

------ O Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. ----------

---------- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS ----------

------ Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo ----------

------ Interveio para se referir aos documentos de prestação de contas da Desmor, EM,SA e da EPRM, Lda, EM. ----------

------ No que respeita à primeira, disse, desde logo, que esta empresa figura com grande destaque na Estratégia que será discutida à frente, merecendo, por isso, uma especial atenção para a sustentabilidade e crescimento futuro, como tinha referido já na sessão passada da Assembleia Municipal. ----------

------No que respeita à segunda, disse que não a viu referida na citada Estratégia enquanto instituição de ensino existente e que se dedica à formação profissional, ou seja, à qualificação quer de munícipes de Rio Maior, quer de outros alunos que desejam frequentar os diferentes cursos que a mesma administra atualmente ou venha a administrar. Considera que é realmente relevante incluir a mesma nessa estratégia e realmente relevante garantir a sustentabilidade financeira da mesma, o que passará por novas atividades, como, por exemplo, executar o plano de formação de recursos humanos do pessoal dos funcionários do Município de Rio Maior. ----------

------ Deputada Anabela da Costa Azenha ----------

------ Relativamente ao documento da EPRM, Lda, EM para conhecimento, disse que está vertido no mesmo que em sede de demonstração de conta houve documentos que não foram entregues. Disse que o estatuto poderia ser mais ambicioso e não o foi, ou

seja, alarga, mas continua o mesmo problema da preponderância pública do capital, o que continua a fazer com que o problema da escola vença. Afirma ainda que continuam as questões sobre a escola, tais como o porquê de não haver uma nova estratégia, mexer no seu estatuto, o que falhou para que os documentos em falta não tivessem sido apresentados, porque afinal de contas a escola tem quadros dedicados à conta, qual a estratégia de futuro para a escola, que o PS defende e quer que continue, mas reconhecendo que vai precisar de um plano plurianual de recuperação. ----------

------ Presidente da Câmara Municipal ----------

------ Iniciou por dizer que a EPRM é referida no plano de captação de investimento e desenvolvimento, que está para discussão e votação na ordem de trabalhos e que o Diretor Pedagógico da escola participou ativamente nas discussões e construção do mesmo plano. Relativamente à questão da ausência de documentos pediu ao Presidente da Mesa que pudesse ser dada a palavra ao Vereador João António Lopes Candoso para resposta, que anuiu. ----------

------ Vereador João António Lopes Candoso ----------

------ Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. ---------

------ Respondeu dizendo que todos os documentos da prestação de contas foram apresentados e que aparece no documento é uma ressalva dos Revisores Oficiais de Contas decorrente da implementação do novo sistema de normalização contabilística e dos atrasos na sua concretização, que levou a que não fosse possível apresentar os quadros já de acordo com a nova norma, mas que todos os dados referente às contas foram apresentadas, mas não de acordo com o que o novo sistema de normalização contabilística exige. ----------

---------- ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO ----------

------ Ponto I – Pedido de suspensão do mandato apresentado pelo membro desta Assembleia Municipal, António Manuel da Silva Moreira, por um período de seis meses ----------

------ O Presidente da Mesa da Assembleia procedeu à leitura do pedido (anexo 4). -----

---------- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS ----------

------ Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias ----------

------ Interveio para deixar uma palavra de apreço pela intervenção democrática do então Deputado Municipal António Moreira onde, graças a ele, foi muitas vezes possível chegar-se a entendimentos nas apresentações das moções e recomendações que ao longo de vários anos foram apresentadas na Assembleia Municipal. Referiu a sua forma

cordial e educada, não obstante alguns desentendimentos do ponto de vista político e algumas discussões acesas, mas nunca com falta de educação e, foi isso que quis realçar, porque apesar da divergência dos pontos de vista, a verdade é que todos querem o melhor para o concelho e o Professor António Moreira também, por isso, quis realçar a forma educada e cordial com que sempre decorreram os trabalhos e as negociações que por via das atividades da Assembleia tivemos e que, por vezes, outros tendem a esquecer. ----------

------ Presidente da Assembleia Municipal ----------

------ Disse que teve a oportunidade de interagir pela primeira vez com o Professor António Moreira, pessoa que não conhecia, quando iniciou funções há quase doze anos atrás, e que, sendo uma pessoa com o seu feitio próprio, como cada um dos presentes, foram muitas as vezes em que estiveram em desacordo, foram muitas as discussões que tiveram, mas sempre de forma absolutamente civilizada como realçou a Deputada Carla Dias e sempre com o sentido de se chegar a consensos. Afirmou que a Assembleia Municipal de Rio Maior vai claramente ficar mais pobre sem a intervenção do Professor António Moreira, pese embora muitas vezes a sua acutilância, e agradeceu em seu nome pessoal e em nome da Mesa e, julga, em nome de todos, a sua contribuição para o debate que proporcionou a esta Assembleia durante o tempo que dela fez parte. ----------

------ Colocada a votação, a proposta foi **por unanimidade** dos presentes (29 presenças). ----------

------ **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: ----------

------ "A CDU agradece as palavras do ex-deputado António Moreira que, à sua maneira, tentou lutar pelo desenvolvimento do Concelho de Rio Maior. Cumpre-nos, apesar das diferenças ideológicas e de tanto confronto verbal, desejar-lhe os maiores sucessos na vida familiar, pessoal, académica e profissional e ainda como democrata. Pensamos que a Assembleia ficou mais pobre e agradecemos ao Professor António Moreira todo o tempo que a ela dedicou. ----------

------ **Declaração de Voto do Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro** que se transcreve na íntegra: ----------

------ "O Partido Socialista queria agradecer aqui publicamente ao Professor António Moreira estes quase vinte anos de vida ativa na política, em que foi durante muito tempo líder de bancada do Partido Socialista e em que, certamente ele também assim o

desejaria, se alguma vez, algum eu penso que não, mas se ele tenha sido indelicado em nome do Partido Socialista para algum membro desta Assembleia não foi por querer foi na maneira própria que ele tinha de defender as suas ideias, mas certamente era naquilo que ele julgava e que, muitas vezes, o PS julga serem os melhores interesses para o Concelho de Rio Maior. Penso que o Partido Socialista fica mais fraco aqui na Assembleia Municipal, como esta própria Assembleia, porque na diversidade é que há evolução. É com pena, ainda por cima, vê-lo partir numa situação destas, por motivos de saúde de um familiar, e nós queríamos agradecer publicamente tudo aquilo que o Professor Moreira fez, não só pelo Partido Socialista, mas pelo Concelho e desejar as melhoras ao familiar dele. ----------

------ Ponto II – Proposta de Alteração de Estatutos – Escola Profissional de Rio Maior ----------

------ O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que o que se pretende é a aprovação da proposta de alteração aos estatutos da Escola Profissional de Rio Maior, Lda, EM., nos termos do artigo 22.º-A da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. ----------

------ Disse ainda que esta proposta de alteração de estatutos vem ao encontro do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido ao longo do último ano no sentido de poder encontrar soluções para a EPRM, em face das dificuldades que todos já conhecem. Deu conta que a EPRM está a trabalhar em conjunto com os acionistas, onde a Câmara Municipal tem 80% e tem, por isso, um papel privilegiado nessa ligação, no sentido de aumentar a oferta da escola de forma a procurar o equilíbrio financeiro da mesma e que lhe permita a continuidade do crescimento como tem feito até aqui**.** Para tal, acrescentou, esta proposta vem no sentido de alargar o campo de ação da escola, para que não fique limitado ao concelho de Rio Maior, bem como o alargamento e alavancagem no mercado de formação, permitindo, esta revisão de estatutos, iniciar um procedimento forte de formação de ativos, com o qual se pretende fazer a diferenciação relativamente a outras empresas que fazem este tipo de formação certificada e qualificada, adequando a formação às necessidades das empresas. ----------

---------- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS ----------

------ Deputada Cristina Maria Carrilho Ferreira ----------

------ Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. ----------

------ Interveio para realçar a importância da alteração dos estatutos da EPRM, que é fruto da visão da empresa face aos novos desafios que tem surgido e que se justifica, não só pela diversificação das fontes de financiamento e da sustentabilidade da empresa com o alargamento da sua atividade, mas também como resposta às empresas e as suas necessidades de formação dos seus ativos. Afirmou que a EPRM se tem dedicado, desde a sua formação, ao ensino profissional e de acordo com o plano de adaptação e de restruturação em curso, no contexto atual, pretende alargar a sua atividade para a área da formação profissional de forma a poder responder as necessidades das empresas, dos alunos, dos formandos no cumprimento também da sua missão de formação profissional. Fez ainda referência que para conseguir atingir este objetivo, a escola criou, na sua estrutura, um departamento dedicado á formação profissional, no qual a formação de ativos e a formação à medida para as empresas vai ter um papel fundamental, elaborando um plano de intervenção para a formação profissional contínua e ativos empregados e desempregados em que define a sua ação nesta área. Aproveitou a oportunidade para felicitar a escola por mais este projeto e por ser um passo em frente na sua missão e para dizer que a influência da EPRM ultrapassa dos limites do concelho com muitos alunos e parceiros de concelhos vizinhos, pelo que, esta alteração, permitirá também que a sua atividade possa ser exercida na região e não apenas no concelho de Rio Maior. ----------

------ Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa ----------

------ Afirmou que a CDU considera a EPRM um património de todos, público, dos produtores agrícolas, e dos comerciantes e que contribui, e tem que continuar a contribuir, para a formação de quadros médios e para o desenvolvimento da atividade económica e do tecido empresarial riomaiorense. Considera que a proposta apresentada peca por tardia, porque a formação profissional contínua dos empregados e dos desempregados como formação modelar certificada é prática corrente. Disse que a CDU está de acordo com ela, mas chamou à atenção para as seguintes questões que gostaria de ver resolvidas e respondidas: o que andou a fazer o Conselho de Administração durante todos estes anos para só agora apresentar esta solução? Porque não foram tidas em consideração as exposições do Conselho Consultivo que foram no sentido desta alteração e que ocorreram em vários anos? Disse ainda que, nos documentos presentes à Assembleia na prestação de contas da EPRM, se pode verificar que a escola em 2020 teve um prejuízo de duzentos e cinquenta mil euros e que é o segundo ano consecutivo com prejuízo, não sendo a engenharia financeira dos

anos anteriores seguramente teria havido também prejuízo, perguntou e exigiu uma resposta por escrito, se houver em três anos consecutivos de prejuízo a escola é obrigada a encerrar, então a CDU exigiu que o executivo escreva qual o projeto que tem para a EPRM, se é privatizar, manter a estrutura acionista atual ou alterar a estrutura acionista. Afirmou que a estabilidade e a coerência de um projeto imprimem confiança nesse mesmo projeto na comunidade em geral e na comunidade educativa e na comunidade empresarial quaisquer solavancos só contribuem para dificultar o futuro da escola profissional. Dado à sua importância, entende a CDU, que seria então oportuno concordar e votar favoravelmente esta proposta, que se pensasse no futuro, qual o caminho a seguir para que não existam solavancos dado que consideram a escola uma âncora em Rio Maior. ----------

------ Presidente da Assembleia Municipal ----------

------ Solicitou esclarecimento se a CDU pretende as respostas por escrito ou se as duas primeiras questões podem ser verbais. ----------

------ Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa ----------

------ Esclareceu que pretendem as respostas por escrito e fez ainda referência ao facto de que neste mandato o único momento em que a CDU obteve respostas ao que perguntou por escrito foi o que foi referido na correspondência lida pelo Primeiro Secretário da Mesa. ----------

------ Presidente da Câmara Municipal ----------

------ Relativamente às primeiras questões disse que faria mais serem dirigidas ao Conselho de Administração da EPRM ou à Assembleia Geral. No que respeita às contas e ao prejuízo apresentado, lembrou este Município, já presidido pelo próprio, promoveu uma Assembleia Extraordinária onde a Câmara Municipal, até à exaustão, tentou transmitir aos membros da Assembleia Municipal e ao público presente, qual seria o desfecho, caso as condições atuais e as dificuldades de se prolongar no tempo tal e qual como estava, e que foi precisamente desde esse momento que se trabalhou para encontrar uma solução alternativa, porque também sabemos que esta assembleia deliberou em determinado sentido. Continuou lembrando que depois disso os pressupostos se alteraram, a história é conhecida de todos, não pela Câmara Municipal, porque a Câmara Municipal iria dar cumprimento aquilo que era a deliberação da Assembleia Municipal e, portanto, a partir do momento em que esses prossupostos se alteraram, a Câmara iniciou este processo de revitalização e de reorientação da EPRM. Disse ainda que esta alteração de estatutos não configura o inicio de um processo e sim

o culminar do mesmo, com todo um trabalho feito a montante e que nada há a esclarecer sobre se terá que fechar ou não caso se verifiquem os prejuízos, porque isso está estipulado por lei, o que acontece às empresas municipais caso não cumpram esses requisitos e, o que se está a fazer é a trabalhar no sentido de tentar debelar esse problema. ----------

------ Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa ----------

------ Disse que iria ser seguida indicação de colocar as questões por escrito, porque elas se tornam mais claras e as respostas obviamente o serão também. Acrescentou ainda que a CDU não se sentiu nada surpreendida com o resultado negativo, porque a CDU há muito anos que vem a dizer que havia resultados negativos e que havia era uma engenharia financeira que não os demostrava, porque não chegaram a esta Assembleia dados negativos, a não ser a partir de determinado momento e que, obviamente, não se esqueceram da Assembleia Municipal do dia 5 de dezembro de 2019, porque a CDU foi parte interveniente e desencadeadora dessa mesma assembleia e afirmou não estarem nada arrependidos, estão sim satisfeitos com aquilo que foi proposto para ser votado e irão votar a favor. Quanto à questão dos prejuízos, se se considerar que as contas apresentadas estão todas bem, apesar da engenharia financeira, este é o segundo ano de resultados negativos, portanto ainda não se está ainda na situação que a lei prevê. Concluiu dizendo que irão colocar as questões por escrito à Câmara Municipal e também ao Conselho de Administração da EPRM. --------

------ Colocada a votação, a proposta foi **por maioria** dos presentes, com 28 votos a favor e 1 abstenção da Deputada Municipal Carla Cristina Machado Rodrigues Dias (29 presenças). ----------

------ **Declaração de Voto da Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** que se transcreve na íntegra: ----------

------"A minha abstenção se deve tão só à minha relação profissional com a Escola Profissional de Rio Maior." ----------

------ **Declaração de Voto da Deputada Anabela da Costa Azenha** que se transcreve na íntegra: ----------

------ "Hoje também já votaram a favor e de forma a dar-se aqui um maior lastro a captação de receita para a Escola Profissional e também para alargar o seu âmbito de atividade votamos a favor, mas com reserva, porque esta Câmara poderia e deveria, por ter nas suas mãos a solução do problema." ----------

------ Ponto III – Proposta de Estratégia para o desenvolvimento económico | Rio Maior 2030 ----------

------ O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que o que se pretende é a aprovação da proposta de Estratégia para o Desenvolvimento Económico | Rio Maior 2030, no âmbito das atribuições e competências da Assembleia Municipal, em matéria de planeamento e desenvolvimento. ----------

------ Disse ainda que a Câmara Municipal entendeu, em bom tempo, que num momento em que finda o quadro comunitário 2020 e se prepara para dar início ao horizonte 2030, era imperativo planear Rio Maior a dez anos e daí se ter elaborado uma estratégica de captação de investimento e desenvolvimento a que se chamou "Estratégia 2020-2030", que configura um plano, uma linha orientadora de ação que, em sua opinião, está bastante abrangente. Acrescentou que foi um documento feito com o contributo por parte de diversas forças vivas e pessoas do concelho e aberto à participação da comunidade em geral. ----------

---------- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS ----------

------ Deputado Filipe Vicente Martins ----------

------ Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. ----------

------ Iniciou por dizer que após analisar o documento, verificou que o futuro do concelho nos próximos dez anos são assenta em quatro pontos: indústria e serviços; ação social e saúde; educação e cultura; turismo e desporto. Questionou se esta estratégia para o desenvolvimento económico, não contempla uma rede de saneamento completa, porque não consegue conceber que num concelho apresentado como tendo qualidade e espaço para crescer e amadurecer, não exista este serviço básico. Afirmou que este é um assunto que irá levantar até que exista uma rede de saneamento em todo o concelho e estranhou que os eleitos locais de todas as forças politicas não tenham sido chamados a participar neste projeto, não obstante o mesmo estar disponível para o público em geral. Realçou a falha que é não haver uma rede de saneamento na maior parte do concelho e, tendo sido Rio Maior pioneiro em tanta coisa, não consegue conceber esta situação que define a qualidade de vida de um território. Considerou que quando se afirma que este é um concelho onde se vive com qualidade de vida, não é em todo o lado, e que quando falava que Rio Maior sempre foi pioneiro, salientou que só o foi até 2009 e que após esse ano nunca mais aconteceu. Fez saber que nos

concelhos e freguesias vizinhas e confinantes, como por exemplo Gançaria, Alcanede, Arrimal, Turquel e Évora de Alcobaça rodas têm saneamento e que na parte a oeste de Rio Maior a freguesia de Vidais tem saneamento até ao Casal do Rei. Questionou o porquê de a concretização da rede de saneamento, tão essencial à população, não estar incluída nesta estratégia. ----------

------ Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa ----------

------ Iniciou por dizer que o sentido de voto da CDU é contra e explicou que isso se deve ao facto de, ao fazerem a análise do documento, sentiram que era mais do mesmo, ligeireza, falta de estudo, muito *copy paste*, ausência de participação cívica e dos partidos políticos da oposição, e ser capaz de apresentar algo resultante de conversas online no mês de março. Afirmou que só se pode entender este documento como demagogia política em véspera de eleições autárquicas. Considerou que não são as palavras usadas por toda a gente, todos os dias, que fazem uma estratégia, não é esquecendo as freguesias que se ganha o futuro, não é esquecendo o investimento público na habitação que se atrai e fixa pessoas, não é apagando a Depomor e a zona industrial que se chamam novas empresas, não é esquecendo a agricultura e os recursos naturais endógenos que se pode falar de uma estratégia para o desenvolvimento. Acrescentou ainda que quem não assegura taxas máximas de cobertura na água, no saneamento básico, na saúde, na habitação, nas baixas taxas para as empresas e na diversificação dos setores de atividades e não apenas em *clusters* ou *hubs,* não tem futuro. Considera a CDU que os riomaiorenses exigem e merecem participar na estratégia do desenvolvimento do seu concelho e, não apenas, serem meia dúzia de "iluminados", a fazê-lo e que a participação dos riomaiorenses nesta estratégia de desenvolvimento seria meio caminho andado para o sucesso. Terminou dizendo que a CDU sugere ao executivo que pare e reflita, porque ainda é tempo disso. ----------

------ Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo ----------

------ Acerca do estudo encomendado pela Câmara Municipal à empresa Pitagórica, disse que desconhecia, questionou qual o objetivo e o que se pretende com o mesmo, solicitando, desde logo, cópia do caderno de encargos onde constará, por certo, o objeto do estudo. Disse que se reporta ao estudo neste ponto pois parece-lhe algo bizarro que, estando em elaboração um estudo, esta estratégia 2020-2030 não integre os dados desse estudo e que se verifique da leitura do mesmo que se baseia em dados fornecidos

pela NERSANT ou recolhidos através de consulta da PORDATA, o que revela que o estudo em curso não é necessário ou nada tem a ver com a estratégia. ----------

------ Lembrou a existência do plano estratégico já existente, que pode ser designado como plano "Mateus", já que foi elaborado pelo gabinete do Professor Mateus, para o município de Rio Maior e que, pela apresentação deste estudo, concluiu que ou estaria ultrapassado ou em incumprimento, não sabendo qual será a situação porque nunca foi verificado. Na sua opinião pessoal, esse plano existente não passaria, realmente, de intenções demasiado genéricas e nada concreto às reais necessidades e objetivos e capacidade de desenvolvimento do concelho. Fez nota que foi repescado, desse plano para este documento, um mau hábito da utilização de anglicismos, que embora transversal ao país e muito na moda, deveria ser evitado por entidades públicas que devem primar pela língua portuguesa. ----------

------ Sobre as menções e agradecimentos feitos relativamente ao projeto da Villa Romana e da zona ribeirinha, estendeu-os também à Dr.ª Isaura Morais, ao Dr. Carlos Frazão, ao Eng.º Lopes Candoso e à Dr.ª Ana Filomena Figueiredo que foram realmente os mentores deste projeto, que se encontrava em desenvolvimento há já alguns anos e para o qual se aguardava o equilíbrio necessário para o concretizar, lembrando que foi um projeto muito difícil de conseguir. ----------

------ Concluiu dizendo que tem muita pena que as forças vivas mencionadas neste documento, que considera mais uma declaração de intenções porque não tem metas quantificáveis e ligadas a objetivos, não tenham incluído entidades com extrema relevância, como por exemplo a Santa Casa da Misericórdia, a Cooperativa Agrícola de Rio Maior, as escolas básicas, a escola secundária, a Associação Empresarial, a Associação Cultural de Rio Maior, a Atuação, e outras mais que poderiam ter sido convidadas a participar. Considerou que assim não se irá longe e que este documento não estará muito para além do plano anterior, ou seja, vincular a Assembleia a uma coisa qualquer que já era uma declaração pré-declarada e que vai à laia de ser as vontades das forças vivas, o que não corresponderá, em seu entender, á verdade, pelo que, indicou o seu sentido de voto como contra. ----------

------ Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias ----------

------ Começou a sua intervenção por responder ao Deputado António Figueiredo, dizendo que relativamente à intervenção que fez sobre a Villa Romana e à zona ribeirinha, agradeceu a todos os que colaboraram para a realização do projeto e apenas

fez enfoque, esclarecendo que quando o fez os agradecimentos eram estendidos a todos, incluindo às pessoas nomeadas na intervenção anterior. ----------
------ Acerca do documento a discussão disse que o mesmo demonstra uma proposta estratégia para um desenvolvimento do concelho num projeto para dez anos e considera que este é um projeto dos riomaiorenses para os riomaiorenses e que transmite a ideia de um futuro sustentado aproveitando as oportunidades e também as forças de Rio Maior. Considerou que é um documento que, apesar das criticas, se distingue dos demais até agora apresentados nestes sectores, por ser um documento que não é realizado exclusivamente por quem tem funções politicas, mas por uma comunidade. Disse que pode ser criticado, mas, em sua opinião, foi uma boa opção do executivo e que, relativamente às críticas dos partidos da oposição de que não foram chamados a colaborar, lembrou que muitas das vezes em que foram chamados ou não compareceram ou não apresentaram quaisquer propostas, nomeadamente nas questões dos orçamentos. Disse que em boa hora o executivo ouviu a comunidade civil e as forças vivas do concelho, representantes dos vários sectores estratégicos, nomeadamente da indústria e serviços, da ação social, saúde e educação, cultura, turismo e desporto, para que estes, com o seu saber, conhecimento e experiência pudessem contribuir para a construção de uma estratégia de captação de investimentos, promoção e desenvolvimento económico e social do concelho. ----------
------ Terminou dizendo que foi já falada a importância das freguesias e que, também a própria, considera que a cidade e as freguesias, são o maior património do concelho e onde se deve investir, porque serão o legado para as gerações e importa, por isso, criar as melhores condições para que aqui possam viver, constituir família, trabalhar, e fazer deste o concelho de eleição para as suas vidas. ----------
------ Presidente da Câmara Municipal ----------
------ Explicou que este documento tem início com um “esqueleto” elaborado pelos vereadores em funções nos diversos pelouros e com as unidades orgânicas da Câmara Municipal, que foi depois enriquecido através de vários seminários online, com painéis para cada sector, com representantes de cada um deles, com provas dadas, e transmitiram as suas ideias, preocupações e orientações para aquilo que acreditam ser um desenvolvimento harmonioso do concelho em cada uma das áreas. Disse ainda que foi disponibilizado para toda a gente um meio de contacto privilegiado no âmbito deste tema, para que pudesse haver participação. ----------

------ Relativamente à intervenção do PS, disse ficar preocupado que num plano a dez anos que visa uma estratégia de desenvolvimento e captação de investimento económico, o saneamento seja a única a única preocupação, ressalvando que não quer minimizar o problema do saneamento, reconhecendo a sua existência, embora não na proporção que é dada a entender. ----------

------ Esclareceu, de seguida, que a apresentação deste documento não foi neste momento por questões eleitorais, como foi dito, porque se assim fosse seria feito no âmbito de uma candidatura e que, sendo o mesmo aprovado, será uma arma de desenvolvimento e utilização politica para qualquer dos partidos presentes nesta Assembleia e mesmo para os que não estando, venham a candidatar-se. Acrescentou que apresentar este documento neste momento dará, inclusive, liberdade a qualquer candidatura ao Município ou às Freguesias de o utilizar e à informação nele contida. ---

------ Sobre a referência à Depomor, afirmou que nos últimos dois anos foram realizados negócios para seis lotes daquele parque e num ano e meio estão ou efetivados ou em contrato de promessa compra e venda cerca de onze lotes o que revela que se tem conseguido atrair investimento. Relativamente à baixa de taxas disse existir um programa desenvolvido em exclusivo para a captação de investimento que se chama "RM Investe" e visa a concessão de benefícios para captação de investimento. ----------

------ Ainda relativamente aos empresários disse que a Câmara Municipal iniciou há cerca de um ano e meio visitas regulares às empresas para, desta forma, ter um espelho real do que é o tecido empresarial em Rio Maior, de quais são os seus anseios, as suas vontades e as suas preocupações, sendo este um trabalho feito de continuidade, não acreditando que um autarca, quando decide fazer planeamento comece do zero porque, em seu entender, se assim é, não estará a exercer bem o seu cargo porque este é, sem dúvida, um trabalho continuado, de conhecimento do concelho, de sentir o pulsar do concelho, dia a dia e não apenas no momento de se fazer um plano estratégico. --------

------ Ao Deputado António Figueiredo disse que o mesmo seria enviado à Mesa da Assembleia para que lhe pudesse ser remetido, esclarecendo que o único trabalho que a Pitagórica tem com a Câmara Municipal foi o "Estudo económico e social e imagem do Concelho e impacto Covid-19", feito para aquele fim em particular e que decorreu nas datas já referidas, não estando já em curso. ----------

------ Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo ----------

------ Disse que assume, em seu entender, que o mesmo estará em curso até ser entregue o relatório final, não obstante a fase de inquéritos já ter terminado. ----------

------ No que respeita ao facto de ter pedido cópia do caderno de encargos disse que se prende, tão só, pela tomada de conhecimento da situação e pelos contornos que a mesma pode fazer parecer, e que, podendo fazer parecer alguns contornos, considera que é muito importante clarificar a situação, explicando que acontece muitas vezes as empresas de sondagens/inquéritos, fazerem inquéritos que se chamam para o inquiridor, sendo que quem realiza os inquéritos chama-lhe multiclientes, ou seja, na mesma ação estão a inquirir para vários clientes e, portanto, poderá advir daí esta situação. ----------

------ Presidente da Câmara Municipal ----------

------ Reconheceu que desconhecia quer o termo, quer a forma de trabalho e acrescentou que pelo que percebeu das palavras da Deputada Anabela Azenha estaria a decorrer no momento. ----------

------ Deputada Anabela da Costa Azenha ----------

------ Esclareceu que já ocorreu e voltou a questionar o que pensa fazer e como é que pensa reagir a esta situação. ----------

------ Presidente da Assembleia Municipal ----------

------ Interveio para terminar o diálogo, dizendo que se está a voltar atrás na ordem de trabalhos, o que não é admissível, e que havendo questões a colocar estas poderão ser dirigidas à Mesa e estas serão encaminhadas para a Câmara Municipal. ----------

------ Colocada a votação, a proposta foi **por maioria** dos presentes, com 19 votos a favor e 9 votos contra dos Deputados Municipais António Carlos e Silva Antunes Figueiredo, Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, Filipe Vicente Martins, Anabela da Costa Azenha, Susana Carla Alves Franco, Diana Cristina Frazão Nogueira, Filipa Isabel Santos Ramos Campos, Liliana Marques Alonso e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa (28 presenças). ----------

------ **Declaração de Voto do Deputado Filipe Vicente Martins** que se transcreve na íntegra: ----------

------"Porque entendemos que se trata efetivamente de um documento programático, vou chamar-lhe assim, porque no fundo é um programa para os próximos dez anos para o concelho de Rio Maior, para o desenvolvimento económico de Rio Maior, entendemos que este documento foi feito à pressa, a correr, sem ter ouvido, ou pelo menos sem ter tido a participação das outras forças politicas eleitas, membros eleitos democraticamente. Trata-se de um processo que foi iniciado em março, se não estou em erro, e estamos a discuti-lo em abril, não seria conveniente ter havido aqui um

período maior de maturação de, enfim, para sedimentar estas ideias, porque efetivamente estamos a falar num processo para dez anos, em que ficamos agora a saber que efetivamente o saneamento não está incluído e, nos próximos dez anos, não vamos ter, daí o nosso voto contra.” ----------

------ Ponto IV – Proposta final do Plano de Pormenor na Modalidade de Intervenção em Espaço Rural da Portela das Salgueiras ----------

------ O Vice-Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que o que se pretende é a aprovação da proposta final do Plano de Pormenor na Modalidade de Intervenção em Espaço Rural da Portela das Salgueiras, nos termos do n.º 1 do artigo 90º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão territorial (RJIGT). ----------

------ Acrescentou que este é um plano de iniciativa privada que foi elaborado pela Associação Portuguesa das Industrias de Mármores, Granito e Ramos Afins (Assimagra) na freguesia de Alcobertas, para as pedreiras que têm a sua exploração nessa zona. Disse que este plano de pormenor tem como finalidade a alteração do uso do solo para se poder promover uma exploração de inertes sustentável e contou com a participação de muitas entidades entre as quais o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), que foi peça fundamental para que o plano fosse possível. Referiu também que este plano irá permitir a compatibilização da atividade com os condicionantes do ordenamento do território e a definição de metodologias e regras de exploração e de recuperação paisagística, considerando os recursos geológicos e os imperativos ambientais. Concluiu dizendo que o plano percorreu todos os passos previstos no respetivo regime jurídico aplicável e é agora presente à Assembleia Municipal para aprovação, se for esse o entendimento do órgão deliberativo. ----------

---------- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS ----------

------ Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa ----------

------ Disse que a CDU entende que para a oposição ter conhecimento em pleno deste assunto, precisaria que lhe fossem facultados todos os elementos, nomeadamente os vários domínios, matérias, peças de plano que careciam de concessões e ou complementos e até de aprofundamentos. Disse que a documentação foi recebida na quarta-feira, sensivelmente à hora do almoço, e questionou se alguém pensa que as oposições têm meios e recursos humanos para irem à procura de todos os documentos indicados na informação. Considerou que tudo isto se funde e se prende com o exercício da democracia e que documentos com esta dimensão, com estes prazos, torna

impraticável o seu conhecimento e, por isso, assumiu que, neste caso, a CDU se vai abster por desconhecimento. Considerou ainda que os serviços têm que dar elementos de forma a que os possam, em consciência, votar. Indicou que se irão abster, mas que a abstenção se deve ao facto de ser humanamente impossível fazer a leitura de documentos tão extensos em tão pouco tempo. ----------

------ Presidente da Câmara Municipal ----------

----- Esclareceu que os documentos são enviados em respeito com os prazos e sempre com a máxima antecedência para a reunião da Câmara Municipal, para assim dar tempo a todos os vereadores de os poderem analisar. Disse ainda que o próprio, enquanto Presidente da Câmara, não lê os documentos técnicos de grande extensão, mas sim a análise técnica feita pelos técnicos e que vem resumida em pareceres. Considerou que aquilo que cabe aos eleitos políticos fazer é uma decisão política, depois de analisados os pareceres técnicos que fundamentam os assuntos. ----------

------ Colocada a votação, a proposta foi **por maioria** dos presentes, com 24 votos a favor e 4 abstenções dos Deputados Municipais António Carlos e Silva Antunes Figueiredo, Diana Cristina Frazão Nogueira, Liliana Marques Alonso e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa (28 presenças). ----------

------ Ponto V – Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Vila da Marmeleira ----------

------ O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que o que se pretende é a aprovação do projeto de delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Vila da Marmeleira, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 7º e do n.º 1 do artigo 13º do Decreto – Lei n. º 307/2012 de 23 de outubro, na sua redação atual, e a atribuição dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património, designadamente o imposto municipal sobre imóveis (IMI) e o imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT), nos termos do artigo 14º do Decreto – Lei n. º 307/2009, de 23 de outubro.

------ Acrescentou ainda que a definição destas áreas fornece uma série de condições de incentivo à recuperação/investimento do imobilizado com algumas vantagens nomeadamente a isenção de alguns impostos e a possibilidade de contratação de empreitadas de recuperação ou construção de edifícios com IVA a uma taxa de 6%. Disse que foi feito um trabalho conjunto com a Junta da União de Freguesias da Vila da Marmeleira e Assentiz no sentido de delimitar uma área desta natureza na Vila da Marmeleira devido às suas características físicas e urbanas, incentivando assim a

recuperação do edificado e o investimento naquele centro da vila. Terminou dizendo que acredita que esta delimitação, a ser aprovada, em muito ajudará o meio rural e o meio mais urbano da Vila da Marmeleira a catapultar-se para outro nível. Na pessoa do Presidente da Junta agradeceu a toda a freguesia a disponibilidade de intervenção que teve neste processo e que foi determinante. ----------

---------- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS ----------

------ Presidente da Junta da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz --------

------ Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. ----------

------ Iniciou por dizer que a sua intervenção é motivo de grande satisfação pessoal e também motivo de satisfação para todos os Marmeleirenses, os quais tem a honra de representar. Disse que é um dia importante para a sua freguesia, considerando que o Município de Rio Maior teve a coragem de decidir apostar num projeto de reabilitação urbana para a Vila da Marmeleira, através da delimitação de uma área de reabilitação urbana (ARU). Referiu que as ARU´s incidem sobre os espaços urbanos que, em virtude da degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas urbanas, dos equipamentos ou dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva justifica uma intervenção integrada. Acrescentou que segundo o plano estratégico a Vila da Marmeleira está inserida na tipologia de transição urbana ou rural apresentando um perfil de urbanidade e possuindo um património cultural e arquitetónico de relevo no contexto concelhio. ----------

------ Relativamente à ARU proposta, deu conta que esta abrange um conjunto arquitetónico homogéneo com edifícios entre um piso a dois pisos e logradouros generosos no interior dos quarteirões, possuindo também alguns edifícios que se encontram em elevado estado de degradação ou mesmo em ruína, para os quais se pretende a recuperação o mais rápido possível. Disse ser imprescindível fomentar a reabilitação e preservação do edificado e espaço público, não permitindo que a identidade da Vila da Marmeleira seja descaracterizada e que a qualidade do ambiente urbano se degrade, sendo espectável que a qualidade de vida da população atinja melhorias significativas, que seja potenciado o comércio local e também a atratividade de novos residentes e visitantes na comunidade. Afirmou que esta ARU é, sem dúvida, uma base estruturante para futuros projetos, candidaturas a financiamentos, parcerias e incentivos a reabilitação no sector privado com os benefícios fiscais associados. Agradeceu este feito e disse que há grandes expectativas para o futuro da vila, na

certeza que estão a trabalhar no caminho de desenvolvimento e respeitando os antepassados que tanto trabalharam para conseguir o atual património da Freguesia. Agradeceu publicamente ao Município de Rio Maior, na pessoa do Presidente da Câmara, e deixou um especial agradecimento ao Vice-Presidente da Câmara Municipal que prometeu e cumpriu com a sua palavra. Agradeceu também à Arquiteta Clara Ramalho e à Dr.ª Dina Bernardino pelo trabalho e dedicação prestada na preparação deste projeto. ----------

------ Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa ----------

------ Iniciou por dizer que não nasceu na Vila da Marmeleira, mas que a Vila da Marmeleira é para a própria, há quase cinquenta anos, a sua vila de coração, onde vive atualmente. Referiu que a constituição de uma ARU tem como objetivo a recuperação do património edificado, segundo projetos coerentes e não casuísticos e aleatórios seguindo os interesses pontuais, em particular dos especuladores imobiliários, evitando-os, permitir à Câmara políticas fiscais de redução de taxas, das obras e demais. Continuou dizendo que a constituição das ARU's tem como objetivo ser o mais rigoroso possível nos levantamentos do edificado, criterioso e coerente nas opções de construção em obra e afirmou que não irá deixar de votar favoravelmente esta proposta. Acrescentou ainda que como se trata ainda da delimitação que irá para permitir o levantamento e redução de impostos em obra a efetuar, solicitava duas coisas: primeiro que lhe fosse enviada a delimitação a cores, porque na cópia que recebeu está a preto e branco e não se vê a delimitação e segunda, que possam ser enveredados esforços para a resolução dos acessos à vila, em especial a questão pendente da praça de touros que é, efetivamente, uma vergonha e o pior cartão de visita do Concelho de Rio Maior.

------ Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro ----------

------ Interveio para dar conta de algumas questões que lhe colocaram sobre o assunto, nomeadamente o facto de a Rua Cândido dos Reis, que é uma das vias principais da localidade, não estar inserida na totalidade na ARU, assim como as ruas Francisco Joaquim Corrêa e Bernardino Machado, que se encontram no perímetro urbano local. Por outro lado, questionou ainda como se pretende melhorar a qualidade de vida da população se a Rua Cândido dos Reis, que é uma das ruas principais da Vila da Marmeleira, só tem saneamento básico até ao número 59. Afirmou que pelo que se vê na estratégia a dez anos esta não será uma das prioridades da Câmara, possivelmente porque fica enterrado e ninguém dá valor, a não ser as pessoas que lá moram, sendo muito mais fácil fazer alcatroamentos à vista. Terminou dizendo que sendo esta uma

bandeira do PS, deixou o repto para que se conclua a rede de saneamento básico na Vila da Marmeleira. ----------

------ Presidente da Câmara Municipal ----------

------ Relativamente à questão do saneamento quis deixar claro que num plano de captação de investimento e desenvolvimento não está definida a construção da rede em falta como prioridade, porque se parte do princípio que essa será uma vontade básica de qualquer município, ou seja, poder corresponder à sua população com as condições básicas de urbanidade da qual os serviços da água e saneamento fazem parte e que, se fosse verdade que para o PS sempre foi prioridade a rede de saneamento, na altura em que existiram fundos comunitários para o fazer, tinha-o feito, afirmando que é muito mais fácil fazer estádios e pavilhões. ----------

------ Quanto às questões colocadas pela Deputada Antónia Corrêa, disse, em primeiro lugar, que em face da relação próxima que existe, sempre que os documentos não permitirem aos deputados ter uma visão clara, peçam o que necessitarem e disponham dos serviços e do executivo, que estarão sempre à disposição para o fazer. ----------

------ Relativamente à delimitação da ARU, explicou que esta foi feita com base em critérios técnicos pela equipa técnica da câmara e da CIMLT, que tem delegada esta competência, com a colaboração do Presidente da Junta, mas que irá tentar esclarecer se será permitida alguma afinação ao longo do processo, porque também acha que será importante haver essa possibilidade mediante fundamentação da situação. ----------

------ Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (28 presenças). ----------

------ **Declaração de Voto do Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro** que se transcreve na íntegra: ----------

------ "O Partido Socialista votou favoravelmente esta proposta de delimitação ainda mais sabendo que é possível fazer alterações, porque nada mais injusto é do que uma casa na mesma rua ficar abrangida por uma situação e o vizinho do lado, nas mesmas condições, não o ficar. ----------

------ **Declaração de Voto do Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** que se transcreve na íntegra: ----------

------"A minha declaração de voto é apenas uma só palavra: parabéns! Resta agora a todos os proprietários e habitantes da Vila da Marmeleira usarem este instrumento que é importantíssimo para todos e em seu próprio benefício." ----------

------ Ponto VI – Proposta de alteração ao Mapa de Pessoal de 2021 do Município de Rio Maior ----------

------ O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que o que se pretende é a aprovação da proposta de 1.ª alteração do Mapa de Pessoal do Município de Rio Maior para o ano de 2021. ----------

------ Esclareceu que esta alteração ao mapa de pessoal se deve à inclusão, nos postos de trabalho, do grau de penosidade e insalubridade que cabe aos municípios pôr em prática a fim de reconhecer a penosidade e a insalubridade dos postos de trabalho que ocupam. Acrescentou que o reconhecimento do grau representa um valor que configura um suplemento remuneratório que varia conforme o grau de risco: baixo, médio ou elevado. Disse ainda que para além dos técnicos da Câmara, foram também ouvidos os sindicatos e a empresa que presta o serviço na Higiene e Segurança no Trabalho. ------

------ Concluiu dizendo que o que está a votação é a alteração ao mapa de pessoal que resultou de todo o trabalho desenvolvido e que irá permitir que seja pago o suplemento consoante o risco definido para o posto de trabalho que ocupa. ----------

---------- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS ----------

------ Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa ----------

------ Interveio não para colocar questões, mas para dizer que finalmente, um quarto de século depois do início da luta pelo suplemento de penosidade e de salubridade através dos sindicados da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP) e das propostas de Lei do Partido Comunista Português (PCP), os trabalhadores da Câmara Municipal de Rio Maior, e não só, que exercem funções relacionadas com a higiene urbana, cemitérios, saneamento básico, águas, estações de tratamento de afluentes e outros, passam a ter consagrado em lei o direito a um suplemento. Afirmou que esta situação leva a concluir que lutar vale sempre a pena. ----------

------ De seguida perguntou se o Município de Rio Maior não tem na avaliação do risco nível de insalubridade e penosidade classificado como alto e a questão que lhes ocorreu foi a dos cemitérios. Disse ainda que a CDU lamenta e que vai continuar a bater-se pelo alargamento das funções relacionadas como a penosidade e insalubridade pois, na proposta apresentada, apenas vinte e cinco trabalhadores irão beneficiar deste suplemento. ----------

------ Concluiu dizendo que não irão desistir da retroatividade do mesmo ao invés de serem pagos apenas a partir da deliberação da Assembleia Municipal. Afirmou que vão

continuar a lutar pelos direitos de quem trabalha e que lutar é sempre garantido, pode-se perder ou ganhar, mas luta-se. ----------

------ Presidente da Câmara Municipal ----------

------ Esclareceu, no que se refere à avaliação do risco nível de insalubridade e penosidade classificado como alto, que não foi atribuído a nenhum dos postos de trabalho após análise técnica feita. ----------

------ Relativamente à retroatividade ou não, neste momento está a cumprir-se a lei que determina que produz efeitos após a aprovação do órgão deliberativo, não se trata de uma escolha da Câmara Municipal. ----------

------ Colocada a votação, a proposta foi **por maioria** dos presentes, com 27 votos a favor e 1 abstenção do Deputado Municipal António Carlos e Silva Antunes Figueiredo (28 presenças). ----------

------ **Declaração de Voto do Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** que se transcreve na íntegra: ----------

------"Abstenho-me por considerar, e como ouvi já aqui, que o subsídio de penosidade enquadrado numa análise de maior ou menor risco e de insalubridade e más condições de trabalho de um determinado conjunto de trabalhadores, poderá ir até contra os princípios gerais da prevenção e da segurança e saúde no trabalho, pelo que, já de si, nada mais comporta implicitamente como a assunção dessa possibilidade. Sabendo todos nós que existem, realmente, funções e tarefas mais ou menos duras em termos físicos, funções ou tarefas com maior ou menor risco nomeadamente biológico, tendo ouvido aqui falar de cemitérios, comporta rever que o princípio da prevenção deve prevalecer sobre o princípio de remunerar o risco que o trabalhador está sujeito. Por essa razão, abstenho-me, porque efetivamente não concordo com o plasmar deste item na legislação nacional." ----------

------ Presidente da Assembleia Municipal ----------

------ Nos termos do n.º 7 do artigo 67º do atual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão.

------ Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (28 presenças). ----------

------ Presidente da Assembleia Municipal ----------

------ De seguida deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. ----------

---------- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO ----------

------ Não foram efetuadas inscrições para intervenção. ----------

---------- ENCERRAMENTO ----------

------ Quando eram dezassete horas e cinquenta e cinco minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente sessão da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos, sendo que a ata será apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. ----------

------ O PRESIDENTE DA MESA: _____

------ O PRIMEIRO SECRETÁRIO: _____

------ A SEGUNDA SECRETÁRIA: _____